

Questão Discursiva 01242

■A dignidade da pessoa humana é o valor e o princípio que move o processo civilizatório em múltiplas dimensões■ (BARROSO, Luís Roberto. O novo Direito Constitucional brasileiro ■ contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013, p. 339).

Observe, com atenção, a hipótese abaixo:

Determinada gestante maior e capaz ingressa com demanda judicial requerendo a autorização do Poder Judiciário para efetivar a interrupção da gestação, tendo em vista que o feto sofre de deficiência psíquica grave. A demanda tem processamento célere e a instrução processual (prova pericial médica) revela que: 1) a gravidez é viável (ausência de risco de morte para o feto); 2) inexistente risco à incolumidade física da gestante; e 3) a enfermidade é irreversível e comprometerá severamente as funções cognitivas do nascituro, de modo que este necessitará permanentemente de auxílio material dos pais e de terceiros (exemplo: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, etc.). Para fundamentar o seu pedido, a gestante alega: a) violação ao princípio da dignidade da pessoa humana; b) direito à sua integridade psicológica (saúde mental); c) ofensa à autonomia da vontade; d) vulneração aos princípios da legalidade e liberdade; e) necessidade de se efetivar interpretação dos artigos 124, 126, caput, e 128, I e II do Código Penal conforme a Constituição Federal de 1988; f) atipicidade da conduta; e, por fim, g) necessidade de se respeitar o direito reprodutivo (liberdade reprodutiva) da mulher.

Diante do quadro fático acima destacado e do ordenamento jurídico pátrio atual, manifeste-se, de forma objetiva, em termos estritamente jurídicos, acerca do(a):

- a) Enquadramento jurídico que deve ser delineado na situação ventilada. Justifique.
- b) (Im)possibilidade de interrupção prematura da gestação, com a necessária fundamentação.

Não se faz necessária a formatação de um modelo de ■Parecer■, devendo o(a) candidato(a) se restringir ao aspecto meritório (direito material) que envolve a temática em análise.